



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

					EX	peça-se
1.	REQUERIMENTO	Número	/x	(Pub	olique-se
	• 1				18 1	03/09
	PERGUNTA	Número 1617	/x	(^{4<u>a</u>)}		tário da Mesa
						1

Assunto: Deslocação da Direcção Regional de Economia do Centro

Destinatário: Ministério da Economia e Inovação

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República

Depois de ter decidido a deslocalização da Direcção Regional da Agricultura e Pescas da Beira Litoral de Coimbra para Castelo Branco e da Direcção Regional do Turismo de Coimbra para Aveiro, o Governo prepara-se para transferir a Direcção Regional de Economia do Centro, de Coimbra para Aveiro.

Não se entende qual a sustentação técnica, económica ou de gestão eficiente de recursos dessa medida.

A DRE do Centro está sediada em edifício próprio, em Coimbra, construído de raiz para o efeito, com todas as condições e valências, incluindo as de laboratório, devidamente equipados, sem pagamento de rendas. A centralidade destes serviços, relativamente à área abrangente, Aveiro (parte), Leiria, Castelo Branco, Guarda e ainda um concelho do distrito de Santarém, é demonstrativa da justeza da manutenção da localização da actual sede.

As reacções de desagrado dos agentes económicos da região, reflecte bem o carácter infundado dessa decisão.

O que sucedeu com a transferência da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro





justifica as maiores preocupações. Na verdade, muitos trabalhadores foram despedidos sob a capa da mobilidade e foram abandonadas actividades do interesse dos agricultores e da agricultura.

A par das razões apontadas, há ainda que ter em consideração a situação de cerca de setenta trabalhadores que têm toda a sua vida pessoal e familiar organizada em Coimbra.

Nestes termos, ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e da alínea d) do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República perguntamos ao Ministério da Economia e Inovação quais as razões que justificam a decisão de deslocalizar a Direcção Regional de Economia do Centro de Coimbra para Aveiro e como vão ser salvaguardados os direitos e interesses legítimos dos respectivos trabalhadores.

Palácio de São Bento, 18 de Março de 2009

Deputados

António Filine

Agostinho Lopes